

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ará.
E se mais mundo houverá, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varela

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Maurício Dinepi

Dívida Externa

O exemplo mexicano

As mesmas condições propostas pelo Brasil, até agora sem êxito algum, para um acordo com os bancos internacionais em torno da dívida externa acabam de ser admitidas em ajuste pactuado com o México. De fato, os credores concordaram em reduzir substancialmente os estoques da dívida mexicana (35 por cento), estabeleceram taxas fixas de juros anuais bastante satisfatórias (6,5 por cento) e aprovaram empréstimo de três bilhões de dólares para cada exercício financeiro durante os próximos quatro anos. O México tem um passivo em suas contas externas da ordem de 48 bilhões de dólares, mas, à vista do novo esquema de amortização, poderá administrá-lo sem renunciar a investimentos adequados em programas internos de desenvolvimento.

Não há surpresa alguma no acontecimento, desde que, há tempos, os banqueiros expressaram o entendimento segundo o qual os países endividados não podem saldar os débitos pendentes sem alteração radical nos mecanismos de resgate. É inevitável a necessidade de baixar o valor absoluto das contas em vermelho, vincular as amortizações à capacidade real de desembolso, reduzir e tornar fixas as taxas de juros. Surpreendente é a decisão de eleger tais critérios para um acordo com o México, cuja dívida é, pelo menos, bem menor do que a do Brasil, e oferecer obstinada resistência a um acordo da mesma natureza com o Governo brasileiro.

O absurdo mostra o seu perfil mais nítido quando se sabe que o Brasil, para uma dívi-

da atualmente contabilizada em torno de 114 bilhões de dólares, já dispendera nada menos de 123 bilhões, conforme levantamento publicado com exclusividade pelo CORREIO BRAZILIENSE. Só nos últimos quatro anos, daqui seguiriam para o exterior, como custeio de juros, mais de 36 bilhões de dólares.

É difícil resistir à tentação de imaginar que, em relação ao Brasil, os credores cultivam uma má vontade não justificada pelos fatos e só explicável como deliberada intenção de gerar dificuldades internas. Por causa de semelhante postura, recursos procedentes de diversos fundos, como o Nakasone, e de instituições dedicadas a programas de ajuda financeira, entre as quais o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, não ingressam no País, ou são liberados em parcelas inadequadas às suas necessidades e capacidade. Como se sabe, para se habilitarem a tais linhas de crédito os países endividados devem antes não possuir qualquer pendência com as nações credoras.

Todavia, o Governo brasileiro não deve renunciar ao desafio, até porque o episódio mexicano expõr os banqueiros internacionais à censura da opinião civilizada, caso não estendam ao Brasil a filosofia contratual indicada pelo bom-senso e agora levada à prática. Afinal, este País deve fazer valer a sua invejável posição ética, avalizada pela remessa ao exterior de juros e amortizações bem superiores ao próprio valor atual de sua dívida.